

SESSÕES DO PLENÁRIO

97ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 11 de outubro de 2016.

PRESIDENTE: DEPUTADO MARCELO NILO

À hora regimental, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Alan Castro, Alan Sanches, Alex da Piatã, Alex Lima, Ângela Sousa, Ângelo Coronel, Antônio Henrique Júnior, Augusto Castro, Bira Corôa, Bobô, Bruno Reis, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, David Rios, Eduardo Salles, Fábio Souto, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Gika, Hildécio Meireles, Ivana Bastos, Jânio Natal, José de Arimatéia, Joseildo Ramos, Jurandy Oliveira, Leur Lomanto Júnior, Luciano Ribeiro, Luciano Simões Filho, Luiz Augusto, Luiza Maia, Manassés, Marcelino Galo, Marcell Moraes, Marcelo Nilo, Maria del Carmen, Marquinho Viana, Nelson Leal, Pablo Barrozo, Pastor Sargento Isidório, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Robério Oliveira, Roberto Carlos, Robinho, Rosemberg Pinto, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Soldado Prisco, Targino Machado, Tom Araújo, Zé Neto, e Zó.(57)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Há um requerimento, assinado por mais de 21 Srs. Deputados, requerendo, com base no que dispõe o inciso II do art. 92 do Regimento Interno, a convocação de uma sessão extraordinária, a ser iniciada 2 minutos após o encerramento desta, com o objetivo de apreciar as seguintes matérias: Projeto de Lei nº 21.984/2016, Requerimento de Urgência nº 8.786/2016, Requerimento de Urgência nº 8.787/2016 e Requerimento de Urgência nº 8.788/2016.

Defiro o requerimento.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Leitura do expediente.

OFÍCIOS

Do Deputado Paulo Rangel comunicando que, por motivo de saúde, esteve ausente nas Sessões dos dias 03, 04 e 05/10/2016, conforme atestado médico apresentado.

Do Deputado Jânio Natal comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente nas Sessões dos dias 15, 26, 27, 28 e 29/09/2016.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo): Pequeno Expediente. **(Oradores inscritos)**

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o meu querido amigo deputado Targino Machado, do PPS.

O Sr. TARGINO MACHADO:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, Srs. Funcionários da Casa, senhores e senhoras que nos assistem pela *TV Assembleia*, eu tenho me omitido sobre um tema que tem se avolumado na imprensa e, atualmente, trazido muita preocupação a setores diversos da população, que é a questão das vaquejadas.

Recentemente, dias atrás, houve uma decisão do Supremo Tribunal Federal, pelo que li, proibindo a realização dessas vaquejadas em nível nacional. A vaquejada, Sr. Presidente, não é somente uma questão de direito econômico; na verdade, é parte integrante da nossa cultura. E a Constituição Federal, meu caro deputado Bira Corôa, no seu art. 24, diz: *“Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre: ...inciso VII: proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico”*.

Então esta Casa e todas as outras Assembleias Legislativas têm competência e legitimidade para legislar sobre essa questão, segundo a boa leitura do art. 24 da Constituição Federal. Por isso não entendi por que ser considerada inconstitucional uma lei do Estado do Ceará. E essa decisão pegou de calça curta tantos interesses e a nossa cultura, notadamente nos estados nordestinos.

Eu quero dizer, Sr. Presidente, que não tenho trazido a esta tribuna este tema, em tempo algum, porque entendo que se está fazendo proselitismo político com as vaquejadas e com o interesse de tantos vaqueiros, de tantos empresários, de tantos funcionários que trabalham nessa atividade. Proselitismo daqueles que falam contra e proselitismo, de igual modo, daqueles que falam a favor. Na verdade, todos querendo uma centelha de luz a fim de aparecer para a população.

E digo que é legítimo que os deputados assim ajam, porque essa é uma manobra política para melhorar seus mandatos parlamentares. Não trago aqui críticas a A, B ou C, mas quero chamar a responsabilidade a esta Casa, porque estamos tratando num momento difícil da quadra nacional, quando estamos com cerca de 13 milhões de desempregados, e eu gostaria de ter dados, deputado Marcelo Nilo, que

me formasse a convicção de quantos, deputado Bira Corôa, ficarão desempregados com essa medida açodada do Supremo Tribunal Federal, já que a Constituição Federal é que define a constitucionalidade dos Estados para legislar sobre essa matéria.

O Supremo Tribunal Federal, a mais alta Corte, existe justamente para dirimir as dúvidas sobre as constitucionalidades e inconstitucionalidades. E o art. 4º, no seu inciso VI, é mais claro, mais cristalino do que o sol.

E quero dizer que não estou aqui para fazer proselitismo político, defendendo interesses de A, B ou C. Eu quero defender a cultura brasileira que está tão arraigada nas vaquejadas e que fazem parte das nossas vidas, do nosso cotidiano. Agora, hipocrisia não, deputado Bira Corôa. Não é possível que a gente esteja preocupado com os bois que estão caindo nas caixas de areia, os cavalos que estão correndo atrás dos bois por suposto maus-tratos.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, deputado.

O Sr. TARGINO MACHADO:- Mas, na verdade, Sr. Presidente, os ministros todos, os deputados todos estão sentados nas churrascarias, principalmente em Brasília, no Lago Sul, degustando uma boa picanha de bois que foram abatidos com verdadeira tortura, tendo espatifados os seus encéfalos, os seus cérebros com uma broca número 16.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Pastor Sargento Isidório, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, Srs. das Galerias, a Bíblia, que é o Livro dos Livros, patrimônio imaterial do Estado da Bahia, aprovado por unanimidade nesta Casa, no Salmo 90, diz: “Senhor, Tu tens sido o nosso refúgio de geração em geração.”

E essa palavra me livrou de homens como Alexandre Garcia e da sua *Rede Globo* que tentou proibir a presença da Bíblia Sagrada no estúdio da *TV Bahia*. Pior do que isso, tentou proibir que fosse lida. Mas, graças a Deus, não tenho a política maior do que a minha fé. Não nasci deputado, estou deputado, sou policial militar.

Quero, primeiro, agradecer ao povo da Bahia que orou pela minha candidatura de prefeito em Salvador e, em especial, a todos os moradores e eleitores de Salvador por terem me dado quase 120 mil votos. É muito voto para alguém que não teve comitê, não tive santinho, não tive nenhuma estrutura, apenas eu com a minha esposa, os meus 7 filhos e alguns amigos, saímos dançando e cantando com a Bíblia na mão e dizendo que “Agora é a vez do doido.” Um doido por Jesus, doido pela família, doido pela paz, doido para acabar com a corrupção, com a máfia que leva o dinheiro da merenda escolar, que leva o dinheiro das creches, um doido para ver acabar o Carandiru que está instalado em Brasília, a gangue nacional da política, com pouquíssimas exceções.

Senhor Presidente, gostaria de aproveitar para pedir a V.Ex^a, mais uma vez, ao Líder desta Casa, Zé Neto, e ao Líder da Oposição, que hoje façamos um esforço para

colocar em regime de urgência o projeto que trata da vida de policiais militares, oficiais e praças, que estão há alguns anos lutando, buscando seus direitos, aqui na pessoa do Major Ubiraci e de tantos outros que aqui estão, posso nominá-los, e dizer que, como policial militar, é minha obrigação trazer os reclames da nossa corporação, assim como faço com toda a Bahia na educação, na saúde.

Também dizer aqui que o resultado eleitoral das urnas não parece com o carinho que tive nas ruas; não parece com os acenos, com a maneira como fui recebido. Respeito aquilo que está julgado como legal, mas tenho convicção que tem uma coisa muito estranha no resultado eleitoral de Salvador, mas me contento com o resultado, porque minha vida está plenamente nas mãos de Deus. Sou um homem que entro em campanha para manter o civismo, a dignidade, não me preocupando com resultado eleitoral porque, volto a repetir, a minha vida está nas mãos de Deus.

Gostaria também de desejar aos vereadores eleitos na Bahia, a todos os prefeitos eleitos na Bahia e também a ACM Neto que o Senhor Deus possa abençoá-lo de forma que ele passe a pensar efetivamente nas partes mais pobres de Salvador, que ele passe a pensar na necessidade de diminuir a multa, a indústria de “chupa-cabra” nesta cidade, que persegue, a indústria do guincho que tem o preço disparado, ilegal. Enquanto um guincho normal custa R\$ 160,00, o dele custa R\$ 300,00. Isso é um absurdo! A escorcha nos estacionamentos...

Então, que ele faça justiça social. Não é porque eu não consegui ser eleito que vou desejar o mal do prefeito. Pelo contrário, quero que o Sr. Deus o abençoe, fortaleça-o, dê-lhe saúde e sobretudo o ilumine para tirá-lo, se preciso for, das trevas que o oprime e que lhe dá a aparência faraônica, de monarca, de majestade.

Que Deus abençoe o povo de Salvador e que nossa cidade seja iluminada e abençoada.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra a deputada Fabíola Mansur, em permuta com o deputado Bira Corôa. As mulheres sempre têm prioridade.

A Sr^a FABÍOLA MANSUR:- Muito obrigado, Sr. Presidente, sei que as mulheres moram no seu coração, haja vista a prioridade que tem dado à aprovação de projeto de interesses coletivos das mulheres. Saudamos a nossa corporação que tanto amamos, os bombeiros que estão aqui, sempre, tenho certeza, por pleitos legítimos que já têm de antemão o nosso mandato à disposição. Mando um abraço já ao nosso comandante, Coronel Brandão, e ao Coronel Francisco Teles.

Senhor Presidente, nobres deputados e deputadas, senhores nas galerias, o que me traz aqui hoje é a nossa tristeza ao ver aprovada ontem a PEC 241. Quero dizer que esta deputada, como todos sabem, tem compromisso com a responsabilidade fiscal, com o equilíbrio de contas, com o mandato responsável que analisa profundamente as possibilidades dos nossos governos, mediante a crise econômica gravíssima por que passamos, que afetou e afeta as transferências para os municípios

– eu como municipalista –, a transferência para os Estados e própria dificuldade por que passa a União. Mas governar é escolher, e escolher quer dizer priorizar aquilo que mais importante consideramos para a nossa população.

Não é possível – e eu como médica que passei quase 30 anos de minha vida defendendo o SUS, defendendo a saúde pública de qualidade, e entendendo que a saúde está, sim, subfinanciada; que temos a população brasileira envelhecendo em plena transição demográfica; que novas doenças estão aparecendo junto com antigas doenças, como as viroses, parasitoses, as epidemias de Zika, dengue e chikungunya; que temos novas doenças degenerativas, novos casos de neoplasias, novos casos de doenças vasculares; que temos as pessoas vítimas de acidentes de carros e motos.

Vemos já uma defasagem enorme com a população que utiliza o SUS versus a população que tem acesso a um plano de saúde, que não ultrapassa 25%. O que significa que mais de 150 milhões de brasileiros precisam do SUS. SUS esse que anda subfinanciado. Já vínhamos defendendo e colhemos assinaturas, quando vereadora, do Saúde Mais 10, para o aumento desse investimento.

É lógico que temos que fazer cortes nos gastos públicos. Poderíamos escolher, por exemplo, a própria diminuição do pagamento da dívida. Poderíamos escolher a aprovação de projetos que taxam com impostos as grandes fortunas. Poderíamos considerar que isso é vedação de direitos sociais adquiridos, deputado Aderbal Caldas, quando diminuímos os recursos para a saúde e para a educação.

Não cabe aqui a esta deputada dizer: “Sim, precisamos fazer cortes!”; “Sim, tivemos uma gestão que levou ao endividamento do Brasil!”. Mas jamais esta deputada pode concordar com a escolha de uma PEC que diminui – porque vai diminuir – algo que já está defasado, com o teto de gastos para a saúde e para a educação, que transforma o Brasil. Nós não vamos, exatamente, ao atingir esse teto em 2018 – só corrigindo pela inflação – considerar endemias, não vamos considerar as novas doenças, não vamos considerar programas, saúde da população negra, da mulher... tantas coisas que poderiam ser feitas na já combalida saúde.

É inadmissível, no entanto – ainda que admitamos, pela questão da responsabilidade e pelos 170 bi de endividamento –, um congresso aprovar uma PEC que tem duração de 20 anos. Vinte anos, deputado Targino! Se a gente quer fazer um reajuste fiscal e que o Brasil volte a crescer, que nós façamos o dever de Casa. E eu concordo que devamos fazer. Mas por que sem o devido debate maduro, sem um tempo que minimamente dê uma esperança para a saúde e para a educação serem priorizadas?

Quero aqui dizer que me entristece a votação em primeiro turno. Espero que os destaques possam ser votados, diminuindo o prazo de 20 anos, que o Senado possa estar sensível a que nós temos que saber onde gastar e temos que saber onde cortar. E como cirurgiã que sou, deputado Aderbal, cortar merece cortes cirúrgicos: aqueles que sangram menos o povo menos favorecido.

Entendo que esse corte foi de açougueiro e o povo mais pobre, o que mais precisa do SUS, é o que mais vai sofrer. Como sempre, quando na economia de mercado, quem sofre mais é o povo. E, portanto, não seria essa a nossa opção de onde

cortar e também não seria esse corte de açougueiro que ceifa bilhões da saúde, que é a PEC 241.

Fica aqui o meu registro, o meu protesto, ainda que não tenha tido o voto de uma pessoa que defende o SUS, defende mais investimento e defende pisar no acelerador da saúde e da educação como forma de transformar o nosso País e dar ao povo brasileiro uma vida digna...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, deputada.

A Sr^a FABÍOLA MANSUR (...) com condição de aprender e condição de saúde.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Bira Corôa.

O Sr. BIRA CORÔA:- Sr. Presidente, deputado Marcelo Nilo, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, senhores e senhoras servidores e servidoras desta Casa, visitantes, quero saudar a gloriosa Polícia Militar. E, hoje, aqui, sem dúvida alguma, votaremos a Urgência para um projeto de extrema importância para a estruturação e ordenação da Polícia Militar do nosso Estado.

Senhor Presidente, utilizo este momento, primeiro, para saudar a fala do deputado Targino, e dizer, Targino, que comungo com o seu pensamento e sou um defensor da valorização e da manutenção das nossas identidades culturais e sociais. E vaquejada e cavalgada são ações que reafirmam a cultura do nordestino, do sertanejo e, conseqüentemente, do baiano.

O processo de exclusão das vaquejadas – e, conseqüentemente, das cavalgadas – é não apenas mexer com um momento de ação em relação ao trato com o animal, mas, sim, excluir socialmente a figura do sertanejo presente em toda a história de vida do povo baiano e do povo brasileiro. E aí comungo com V.Ex^a que essa ação fere também a nossa Constituição e mexe na economia do nosso Estado e de todo o Norte e Nordeste. Então, por isso, sou aqui um eterno defensor da manutenção das atividades sociais e culturais que mantêm a identidade do povo baiano.

Mas quero aproveitar, Sr. Presidente, para me posicionar em relação à PEC e dizer, claramente, da nossa preocupação e do nosso compromisso. Mas, acima de tudo, dizer que esse governo que aí está – um governo imposto, que negou a vontade e o interesse do povo, que numa manobra muito bem articulada conseguiu excluir 54 milhões de votos de brasileiros e brasileiras – implementa uma ação que atende aos interesses da elite burguesa desse País e do capital internacional.

Que ora como processo de recessão e uma tentativa de tapar o que eles chamam de buraco da economia – mas afirmativamente atender aos interesses da elite burguesa, quero repetir, e principalmente do investidor externo que quer apenas tirar os recursos do Brasil – e ora indignados e insatisfeitos com a ascensão da classe D e da classe E na condição de consumidores ativos desse País tomam uma medida dura – não necessariamente para atender à economia, porque ela não mexe com a ação dos que mais podem nesse País –, pois tira direitos constitucionais dos que mais precisam.

Mexer no SUS, mexer na educação, mexer na assistência social é exatamente tirar o direito de ascensão à educação, direito de atendimento na saúde pública com qualidade e direitos aos programas sociais que ora tem permitido que milhões e milhares de brasileiros e brasileiras possam estar na condição de cidadão e cidadã, com respeito e com dignidade.

Então, são ações que não condizem com apenas a preocupação de autossustentação da economia. Posso entrar nos detalhes do porquê me posiciono contrário a essa PEC, mas gostaria de chamar atenção principalmente da sociedade brasileira do que está por vir, porque essa PEC é uma porta de entrada para uma série de outras ações recessivas que estão por vir, incluindo: mexer nas aposentadorias; extrair direitos constitucionais de trabalhadores e trabalhadoras; aumentar a carga horária na jornada de trabalho para reduzir um turno no setor produtivo do nosso País, impondo 30% de desemprego nos grandes centros e nos centros industriais; implementar, nobre deputado Sargento Isidório, para o homem e a mulher do campo, de novo, a condição do trabalho escravo, porque está eliminando também os recursos e investimentos para a agricultura familiar, que tem sustentado e movido a economia nos pequenos centros. São medidas que depõem contra os direitos constitucionais de avanço na autossustentação socioeconômica do povo brasileiro.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Pastor Sargento Isidório):-Com a palavra o deputado Hildécio Meirelles, por até 5 minutos.

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, senhoras e senhores aqui presentes, quero saudar inicialmente os membros da gloriosa Polícia Militar que se fazem presentes em nossas Galerias e queria também, Sr. Presidente, fazer uma defesa do que geralmente o político tem medo de fazer. Quero fazer a defesa da PEC 241, a chamada PEC impopular. É muito fácil o sujeito chegar aqui e falar tudo aquilo que as pessoas gostam de ouvir. Primeiro, é importante estabelecer a verdade.

O governo, por esses últimos 12, 13 anos, quebrou o Brasil de forma taxativa. O governo acabou com as finanças do País, o governo acabou com a nossa economia, o governo acabou com as políticas sociais que ele mesmo consolidou, porque elas tiveram início ainda no governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. E o presidente Lula, quando ascendeu ao governo, ampliou e até melhorou os diversos programas sociais. Só que esses programas sociais deixaram ser programas de políticas públicas sociais para serem programas de políticas eleitorais. E, aí, quebraram com o País. Quebraram com o País de forma acintosa.

Por isso ou por aquilo, o PT foi retirado do poder, a presidente Dilma sofreu um *impeachment*, e assume o outro governo na forma constitucional. Este procura tomar as medidas cabíveis, impopulares, é certo, mas medidas de que o País precisa.

E aí eu quero perguntar, Sr. Presidente, ao deputado Bira Corôa, que me antecedeu, e à deputada Fabíola Mansur: qual é a saída? O País só tem três saídas. Ou

aumenta impostos, o que vai frontalmente em direção ao bolso da população. O País não aguenta mais aumentar tributos. Nós já temos uma carga tributária das maiores do mundo, mas seria uma saída aumentar tributos. A outra saída seria deixar a inflação crescer para a própria inflação corroer a dívida pública do País. Mas ela também vai atingir o bolso da população. Não tem outra saída, isso é uma coisa lógica. É preciso que no Brasil, deputado Zé Neto, o poder público se acostume a limitar gastos. É por isso que o País está na bancarrota. É por isso que os governos estaduais, inclusive o nosso, estão ameaçando não pagar ou parcelar o 13º salário, porque ninguém quer limitar gastos. É muito fácil assumir um governo e começar a gastar de forma desenfreada. Uma hora tem que parar, isso tem que ter fundo. Não se pode cavar, cavar, cavar, gastar, gastar, gastar, como se simplesmente estivesse cavando um buraco. Portanto, é preciso que nós políticos tenhamos responsabilidade nessa hora, em vez de chegarmos aqui e criticarmos uma medida que o governo federal está adotando e é de fundamental importância para o futuro do País. Aí, chegam aqui: “Como é que vai ficar o País durante 20 anos?”. Não se fala em 20 anos. A própria PEC já torna possível, a partir de 10 anos, que se revejam os seus artigos. A partir de 10 anos, cada presidente poderá fazer as modificações.

Mas uma coisa é certa: ou a classe política toma consciência de que tem que tomar medidas para colocar o País no eixo, ou então o futuro das próximas gerações estará totalmente comprometido com este País de uma vez por todas, indo definitivamente à falência.

Por isso quero reiterar aqui o nosso apoio a essa PEC, chamada PEC do teto dos gastos públicos, porque ela é extremamente necessária.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Pastor Sargento Isidório):- Com a palavra o deputado Marquinho Viana, por até 5 minutos.

O Sr. MARQUINHO VIANA:- Sr. Presidente, caros colegas Deputados, depois das eleições, é hora de pegarmos aqui no batente e realmente aprovarmos os projetos de lei que estão aí ainda parados. E eu conto com o apoio do Líder do governo e do Líder da Oposição para darmos um dinamismo nesta Casa e voltarmos a ter o trabalho de antes, produzir e aprovar as leis que irão melhorar a qualidade de vida do nosso povo.

Senhor Presidente, eu venho a tribuna hoje para falar sobre um projeto de lei que apresentei aqui e foi aprovado. O presidente Marcelo Nilo colocou em votação, a lei foi aprovada e o nosso presidente sancionou. É uma lei que permite a mistura de borracha reciclável e também pneus no asfalto.

E fui surpreendido ontem por uma empresa que tem sede em São Sebastião do Passé – vizinha, nobre presidente Isidório, da Fundação Doutor Jesus, lá em Sebastião do Passé. Ela já recicla e já produz essa matéria prima para misturar no asfalto. E a

informação ainda melhor é que essa mistura dá uma qualidade de resistência oito vezes maior do que o asfalto atual.

Então, na quinta-feira, irei fazer uma visita a essa empresa, ela já pode fornecer a matéria-prima, que é o pó do pneu reciclado, para fazer a mistura no asfalto e dar uma melhor qualidade, uma melhor textura aos asfaltos a serem construídos no Estado da Bahia. Também fui informado de que em São Paulo já se faz isso há algum tempo, bem como no Rio de Janeiro e no Paraná.

Então, irei fazer essa visita para colher informações e informar, às empresas que produzem asfalto, que, com os novos contratos hoje do governo do Estado e com as licitações que vão ser feitas, elas não só irão fazer o asfalto e entregar ao governo do Estado, como também os contratos vão vir inclusive com a manutenção por mais 5, 10 ou 15 anos. Então, a partir de agora as empresas vão procurar fazer um asfalto de maior resistência para que não tenha manutenção. E uma das maiores resistências é essa mistura, realmente, da borracha reciclável – a parte do pneu que é um entulho que temos não só no Estado, mas no mundo todo; esse monte de pneu que só acumula lixo e pode ser usado para dar uma qualidade bem melhor na fabricação de asfalto em nossas estradas.

Era isso que queria deixar aqui registrado nesta Casa. Hoje isso é uma lei, já promulgada pelo presidente Marcelo Nilo, que, realmente, dá uma qualidade melhor às nossas estradas. Vou visitar, a partir de quinta-feira, essa empresa em São Sebastião do Passé e irei fazer uma visita também em São Paulo e no Rio de Janeiro para ver como funciona já por lá e como está sendo feita essa mistura e a durabilidade dos asfaltos nas estradas do Rio de Janeiro, Paraná e São Paulo.

Então, nobre presidente, muito obrigado pela tolerância de V.Ex^a.

(Não foi revisto pelo orador.)

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Pastor Sargento Isidório):- Grande Expediente.

Concedo a palavra ao orador inscrito, mui digno deputado Zé Neto, pelo tempo de 25 minutos.

O Sr. ZÉ NETO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Deputadas presentes na Casa, no Plenário, é uma satisfação imensa neste momento poder falar para todos que estão dando audiência à nossa *TV Assembleia*.

Senhor Presidente, queria iniciar dizendo a V.Ex^a, mas antes queria saudar as representações da Polícia Militar, dos bombeiros – V.Ex^a, inclusive, é um representante legítimo da Polícia Militar – e informar que a votação do projeto de lei, dos dois projetos de lei que tratam do alinhamento de carreira das corporações, está decidido que nós faremos esta votação na próxima quarta-feira, já, inclusive em consonância com a Oposição.

Queria aqui dizer que a PEC 241, votada ontem pelo Plenário da Câmara Federal no Congresso Nacional, traz uma mudança de paradigma sem precedentes na história recente do nosso País. E vou falar até como deputado, político e Líder do governo, mas fundamentalmente como alguém que tem responsabilidade com o futuro desta Nação.

Senhor Presidente, também houve uma mudança de paradigma sem precedente quando Lula assumiu a Presidência da República. Ele decidiu, com os aliados do governo, que o Brasil não iria mais esperar que o bolo crescesse para ser dividido. Passou então a dividi-lo, deputado Hildécio Meireles. E aí começamos a dividir o bolo. Essa mudança de paradigma foi de valorização do mercado interno, do interior brasileiro, das políticas sociais, do pequeno lavrador, do pequeno comerciante, daquele que no Piauí vivia isolado, esquecido. Daquele que no Maranhão vivia como se não fizesse parte do mapa, daqueles que na Bahia, na nossa querida Conceição do Coité, nos nossos queridos Uauá e Chorrochó, enfim, no Nordeste afora, estivessem fora das políticas e inclusões todas necessárias para que a sua cidadania e o seu tamanho fossem enxergados na economia brasileira.

Nós fizemos essa mudança de paradigma, e o Brasil cresceu. O Brasil cresceu com o Bolsa Família, que passou a ser um fator importante na mudança da economia; o Brasil cresceu com o Minha Casa Minha Vida; o Brasil cresceu - e muito - com as políticas sociais todas, como a do CRAS, a da educação com o Fundeb. Aliás, no período do presidente Lula, nós vimos o Fundeb passar a ser protagonista de mudanças extraordinárias, porém muitas vezes esquecidas. Por exemplo, nesse mesmo Fundo vimos o filho do pobre passar a ter direito à educação com 3 anos de idade, quando antes todos nós aqui que temos acima de 40 só víamos essa obrigatoriedade a partir dos 7. E outras tantas situações que fizeram com que o nosso País passasse a ter um mercado interno pujante e uma economia inclusiva, na qual 40 milhões de pessoas que antes passavam fome passaram a gozar da dignidade de ter alimentos na mesa 3 vezes ao dia.

E não só isso! Aconteceu igualmente uma evolução muito significativa da nossa classe média, que a partir dali progride, incluindo no processo econômico mais de 30 milhões de ascensões a ela, que passou a ter um outro padrão de vida. O brasileiro da classe média baixa, a C, passou a ter um carro, uma casa onde a televisão do filho estava no quarto, a da família na sala e outros cômodos tinham também uma tv. Passou ainda a ter o que não tinha antes: o canal fechado, a parabólica, enfim, um nível de consumo que foi extraordinariamente acrescido nos períodos do presidente Lula e também no primeiro governo até meados do segundo da presidenta Dilma.

Tudo isso aconteceu. Evidentemente, nós enfrentávamos nos últimos 3 anos um processo difícil, com a economia mundial em plena derrocada, inclusive gerada pelos equívocos que foram objeto de manobras econômicas, principalmente nos Estados Unidos e em parte da Europa comandada pela Alemanha. São países que viram a necessidade de reestruturar o domínio econômico, especialmente no que tange a petróleo e minério. Isso estava muito claro para quem estava acompanhando todas essas movimentações internacionais. Vimos essa situação se agravar em 2014 quando

a presidenta Dilma Rousseff, representando o nosso País, aderiu à criação dos BRICS e do banco que os representava para fazer fomento nas economias dos países em ascensão que faziam parte do grupo.

Estou fazendo este histórico para lembrar onde começaram as grandes dificuldades enfrentadas pelo Brasil, porque a partir daquele momento o nosso País decidiu, junto com o Grupo BRICS, que nós teríamos uma economia fomentada não mais pelo FMI, com seus juros escorchantes, nem mais por aqueles que representam os grandes comandantes da economia internacional, pois passaríamos a fazer um movimento importante para o desenvolvimento real de nações que faziam parte dum bloco em plena expansão no mundo.

De lá para cá nós assanhamos casa de marimbondos, como dizemos no interior, meu querido Carlinhos. Assanhamos casa de marimbondos. Porque realmente de lá pra cá, de agosto/2014 até o presente momento, não foi apenas o Partido dos Trabalhadores o alvo dessa sanha e dessa incessante luta para derrubar do poder não só o PT, como eu disse, mas também esse agrupamento que pela primeira vez, em mais de 500 anos, trouxe ao Brasil a possibilidade de ter a sua soberania garantida, como nunca antes ocorreu.

Só que essa soberania ontem, com a votação da PEC lá no Congresso Nacional, com certeza ficou em situação extremamente delicada do ponto de vista econômico, o que gerará danos irreparáveis não só para a nossa economia, como igualmente também para o nosso caminhar de nação soberana. Este é um momento extremamente delicado.

Deputado Targino, V.Ex^a - um parlamentar voltado à Saúde e que faz um trabalho há muitos anos nessa área - sabe muito bem o quanto essa Pasta precisa de mais investimentos. Com o congelamento a que estamos assistindo, a regra é que no ano que vem tenhamos menos recursos para ela e a Educação também. Serão recursos reduzidos. Essa é a conta que, evidentemente, não vai fechar.

O Sr. PRESIDENTE (Pastor Sargento Isidório):- Deputado Zé Neto, gostaria de contar com a sua dedicação de sempre para interrompê-lo e anunciar, com muita alegria, a presença dos estudantes e das estudantes do Colégio Estadual Edvaldo Brandão, uma vez que os estudantes são o patrimônio da Nação. Sejam bem-vindos, juntamente com a professora que os acompanha. Conheço muito bem V.Sa. Em nome da presidência e de todos os deputados, desejo boas-vindas. Deus abençoe a todos vocês. Voltem sempre. E, de preferência, venham também assumir aqui um mandato em breve. (Palmas)

Muito obrigado.

O Sr. ZÉ NETO:- Sejam bem-vindos. Fica aqui também a minha manifestação de apreço aos estudantes. (Palmas)

Senhor Presidente, ontem o que assistimos foi a uma mudança total de paradigmas. O mercado interno não é mais prioridade para o governo federal. O nosso mercado interno, as nossas políticas sociais não são mais prioridades. Assim como também não é prioridade o Minha Casa Minha Vida e o Bolsa Família, para o qual já

anunciaram um corte de 1 milhão de bolsas. Inclusive, deputado Geilson, eu queria pedir a V.Ex^a, que é tão atento às dificuldades da nossa cidade, Feira de Santana, que averiguasse o fato de que o nosso município perdeu nos últimos quatro anos 15 mil bolsas-família, e que a resposta dada pelo secretário Ildes Ferreira de que essas Bolsas-Família foram perdidas porque as pessoas ascenderam e estão empregadas, é incabível. Nós não tivemos nenhuma expansão de emprego em Feira de Santana da ordem de 15 mil pessoas, ao contrário, no último ano, nós tivemos uma perda de 5.900 empregos formais e a tendência é de que se perca muito mais.

O Sr. Hildécio Meireles:- V.Ex^a me concede um aparte, Excelência?

O Sr. ZÉ NETO:- V.Ex^a está inscrito, deputado Hildécio.

Só para ser ter uma noção do que estou dizendo, deputado Hildécio, em Feira de Santana há um exemplo claro da importância do Minha Casa Minha Vida, porque às vezes se pensa que o dinheiro é a fundo perdido, mas não é. Lá, 3 bilhões foram investidos em 45 mil unidades. Estão sendo investidos ainda outros recursos a mais. Vamos chegar a praticamente 3,4 bilhões de investimentos no final do empreendimento Minha Casa Minha Vida.

Deputado Hildécio, imagine uma cidade com 700 mil habitantes que nos últimos 6 anos teve um aporte financeiro da ordem de 3,4 bilhões; imagine aquelas empresas pequenas que de uma hora para outra se desenvolveram e, hoje, são grandes empresas para o País como é o caso de algumas empresas de engenharia da nossa cidade que conseguiram com muita competência espaço ao sol na disputa de mercado. Imagine, deputado Hildécio, essa retração financeira, de que forma nós vamos viver essa retração financeira e como nós teremos, daqui para frente, o aquecimento desse mercado interno, principalmente no interior. Essa mudança de paradigma que está por trás da PEC é uma mudança que tem que ser denunciada porque, infelizmente, quando se fala de déficit público – eu acho que tem que ser atacado, acho que tem que se buscar solução para a Previdência –, mas acho que é preciso que essa transparência com que as coisas têm que ser tratadas tenha evidentemente um teor de muito mais clareza para a população. Porque não é possível que nós aceitemos tudo isso que está acontecendo e não se mexa nas grandes fortunas, não se mexa no imposto de renda das pessoas físicas das grandes fortunas, não se mexa na situação fiscal desse País que atende os interesses espúrios muitas vezes já tão denunciados e tão pouco atacados.

E, até faço autocrítica, deputado Hildécio, porque se me perguntarem quais foram os erros do governo Dilma eu digo que ela cometeu um erro quando fez as desonerações e muitas delas feitas, assim diria, na busca incessante de melhorar o mercado interno. E essas desonerações não tiveram os resultados esperado porque uma parte do setor empresarial que foi favorecido não retornou com a redução de preços, não retornou para a população, para a sociedade como deveriam retornar essas desonerações.

Veja, e o senhor pode lembrar as desonerações feitas na energia elétrica, as desonerações da linha branca que foram evoluindo, evoluindo e foram, por diversas vezes, elevadas adiante. E o pior, quando as desonerações deixaram de acontecer, os

preços continuaram os mesmos e até foram reduzidos porque eles precisavam disputar mercado.

Então, são essas situações que para mim estão muito claras na mudança de paradigma que ontem foi apontada pela Câmara Federal. Essa redução de déficit fiscal e esse congelamento que eles prometem por 20 anos podem ser uma catástrofe do ponto de vista, especialmente do interior do País. V.Ex^a pode ler a medida e vai ver que afetará diretamente os pequenos municípios, vai afetar o FPM, vai afetar os repasses financeiros para os programas sociais e os programas de saúde, especialmente os de educação.

Então, essas situações me colocam preocupações profundas com o futuro recente, com o futuro imediato desse País que vem aí nos próximos 6 meses, no próximo ano, uma situação lastimável do ponto de vista econômico.

Faça V.Ex^a a sua intervenção.

O Sr. Hildécio Meireles:- Deputado Zé Neto, o pronunciamento de V.Ex^a é rico em detalhes, não tenha dúvida, e um tanto carregado também de emoções. Eu tenho que concordar em parte com o seu pronunciamento e também discordar em parte.

V.Ex^a fala das políticas sociais, sobretudo as implementadas pelo governo Lula, o que é uma verdade. Mas é bom lembrar que o governo Lula apenas consolidou as políticas sociais e econômicas que foram implementadas ainda no governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. E, diga-se de passagem, num primeiro momento o governo Lula aproveitou muito bem as políticas econômicas que foram implementadas, muitas delas até nem tanto pelo gosto pessoal de quem governava o País, mas sobretudo por força da própria Constituição do País, que fora aprovada em 1988.

V.Ex^{as}, às vezes, confundem determinados períodos para, por exemplo, dizer que a nova política de educação no País fora algo criada e inventada pelos governos do PT, o que não é verdade. O Fundef fora idealizado pelo ministro Paulo Renato, na época também do governo Fernando Henrique Cardoso, que por sua vez já obedecia princípios constitucionais, como foi o caso dos programas nas áreas de saúde e de ação social.

Portanto, o governo do presidente Lula, no seu primeiro mandato, nada mais fez do que consolidar essas políticas sociais e econômicas que foram ainda implementadas no governo Fernando Henrique Cardoso. O PT teve todo o tempo do mundo no governo para taxar as grandes fortunas e não fez. Teve 13 anos de poder para viabilizar, para implementar a taxação das grandes fortunas e não fez. Portanto, para mim isso aqui é discurso político, é discurso de palanque.

A PEC 241 é uma peça de fato difícil de se defender, é impopular, não tenha dúvida disso. Mas é preciso se estabelecer a verdade. Onde é que vamos parar? Os recursos para a saúde e educação estão assegurados na própria PEC. A PEC flexibiliza o período de 20 anos, talvez por força de negociação do Congresso e na Câmara Federal já se está estabelecendo que após 10 anos, a cada mandato de um novo presidente, ela poderá ser revista. O fato é que colocaram o País de tal forma

desequilibrado do ponto de vista fiscal, que não tem outra solução. Ou se criam impostos, que não é uma medida boa para a população, ou deixa a inflação crescer para desgastar a dívida pública, ou então se toma medidas como essa.

Acho que deveríamos bater palmas aqui para o governo que tiver coragem, como esse teve, e poderia ser qualquer um, estarei aqui também elogiando. Limitar o gasto público: isso chama qualificar o gasto público. Tanto na educação quanto na saúde precisamos de mais recursos, mas precisamos ainda mais de qualificar esse gasto com educação e saúde.

Muito obrigado, deputado Zé Neto.

O Sr. ZÉ NETO:- Deputado Hildécio Meireles, incorporo sua intervenção e vou dizer a V.Ex^a que discutir quem é o pai da criança é desnecessário, até por que boa parte das políticas sociais do governo Fernando Henrique Cardoso veio das administrações que começaram a ser exitosas no Rio Grande do Sul, desde a época dos primeiros governos do PT em nível estadual.

Quero dizer a V.Ex^a que quando se acerta é importante dizer que houve o acerto. O governo Fernando Henrique acertou na estabilidade fiscal, na estabilidade da moeda, a inflação foi estancada. Se bem que quando Lula chegou já encontrou a inflação em plena evolução, mas muito diferente do que o que se encontrou no passado, já havia uma inflação de 2 dígitos. Depois, novamente, Lula consegue estabelecer uma inflação abaixo do patamar de 2 dígitos e consegue estancar a sangria que já vinha acontecendo no final do governo Fernando Henrique.

V.Ex^a também lembra que vivemos nesse País por mais de 500 anos em que 35% viviam e os demais não viviam, eram excluídos do processo de consumo, do processo produtivo e do processo de oportunidades. Esse Brasil não tinha oportunidade, especialmente para a classe C.

Hoje, o que vivemos, inclusive o Fundef, foi um fator importante e V.Ex^a disse que começou com o ministro Renato. É bom lembrar que evoluiu no governo Lula e só em 2006 se começa a efetivar o Fundef para valer, e é o presidente Lula o grande protagonista da efetivação do Fundef, como também é o presidente Lula o grande protagonista do piso salarial para professores, que vem sendo uma revolução do ponto de vista da valorização da educação em nosso País.

Mas quero dizer a V.Ex^a uma coisa que eu aprendi na economia. O pobre não é o problema.

O Sr. Carlos Geilson:- Um aparte, deputado.

O Sr. ZÉ NETO:- Vamos resumir, aqui, a conversa. Repito, o pobre não é o problema. O pobre é a solução. Quando o pobre está consumindo, quem trabalha neste País vai ganhar dinheiro. Quando o pobre recebe, lá, o seu salário mínimo melhor e mais aquecido, ele passa a ter uma importância e um protagonismo maior na economia. Quando a economia acelera, essa economia rodando, ela vai gerar imposto, vai gerar ISS, vai gerar ICMS, vai gerar Cofins, vai gerar diversos impostos, vai gerar imposto de renda e, por aí, vai.

O problema é a atual PEC aprovada, em primeira votação, ontem na Câmara dos Deputados, porque vai estancar a aceleração desta moeda e vai estancar o mercado das classes C e D. Podem ter certeza de que esta medida vai ser uma catástrofe para o País, porque, na hora em que você deixar de irrigar economicamente as bases que estavam consolidadas, ampliadas e avançando, principalmente nas classes C e D, nós vamos ter um País em que a concentração de renda, novamente, cairá nas mãos de poucos.

Passarei a palavra a V.Ex^a para um aparte, deputado Carlos Geilson.

V.Ex^a, deputado Carlos Geilson, sabe que os ricos deste País não são nada generosos. Os ricos deste País não pensam em socializar. Corremos o risco de, com essas medidas aprovadas ontem, retomarmos um processo de concentração e desaceleração da economia, principalmente, na sua grande base econômica C e D. E nós veremos este País entrar em uma crise fiscal sem precedentes.

O Brasil pagou ao FMI. O Brasil saiu da crise com Lula, porque o pobre começou a comer, o pobre começou a gastar, o pobre começou a ter carro. O Programa Luz para Todos foi um investimento que diziam ser a fundo perdido. Não entenderam esse programa, pois o mesmo reformulou toda a economia do País, uma vez que passou a ter energia elétrica nos pequenos centros, nos distritos, nos lugares longínquos. E, daí em diante, deputado Geilson, o que nós vimos foi um País aquecendo a sua economia, a partir da indústria e a partir dos pequenos centros.

Então, é importante dizer isso, porque nós vamos viver uma recomposição daquele período do País em que 35% viviam, 5% mandavam e os demais viviam com muitas dificuldades e sem oportunidades.

Deputado Carlos Geilson, tenho pouco tempo, mas V.Ex^a tem a palavra.

O Sr. Carlos Geilson:- Serei, extremamente, breve.

Administrar, como pensa V.Ex^a, qualquer um, responsável, pode ser presidente da República. Gastar, gastar, gastar, fazer medidas simpáticas à população, assim fica fácil governar.

Eu quero saber uma coisa do deputado Zé Neto. Depois de deixar claro, ao que parece, na sua opinião, Lula reinventou o Brasil. V.Ex^a é contra esta PEC. Certo? São 3 medidas que eu gostaria que o economista Zé Neto pudesse aclarar a todos nós.

Por isso, pergunto: V.Ex^a defende a crescida acelerada de impostos se esta PEC não for aprovada? V.Ex^a defende a volta da inflação se esta PEC não for aprovada? Ou V.Ex^a prefere deixar como está? O País está em um processo inflacionário acelerado. O Brasil está, cada vez mais, num buraco sem fundo, cavando, cavando, cavando. E cadê o dinheiro para pagar suas contas?

Então, quais medidas tomaria o deputado Zé Neto? Cavar, cavar, cavar como se fosse um tatu sem saber aonde vai parar? V.Ex^a aumentaria a carga tributária? Ou V.Ex^a prefere a volta da inflação?

São três as medidas. Nós não temos para onde ir, a não ser que V.Ex^a me apresente uma quarta opção.

O Sr. ZÉ NETO:- Deputado Carlos Geilson, agora, há pouco, o deputado Hildécio falou sobre o fato de nós não termos enfrentado as grandes fortunas e as taxas. V.Ex^a, concordo. E olha que não foi a bancada do PT quem não quis. Quem não quis foi a base do governo. Refiro-me a mesma base do governo das pautas bombas, a mesma base do governo que estavam jantando com Temer anteontem. Esta mesma base irresponsável, infelizmente, vai nos levar a uma situação muito delicada.

Esta atual base do governo, infelizmente, foi a mesma base do nosso governo também que, em grande parte, não quis fazer as mudanças profundas tanto na economia como na parte fiscal do nosso País incluindo, também, as reformas políticas que eram necessárias.

Nós temos uma base, extremamente, eu diria, descompromissada com o futuro do nosso País...

O Sr. PRESIDENTE (Pastor Sargento Isidório):- Para concluir, Sr. Deputado.

O Sr. ZÉ NETO:- Concluindo, a votação de ontem na Câmara dos Deputados demonstrou isso.

Quero dizer ao deputado Carlos Geilson que suas perguntas têm respostas e as respostas são muito simples. Deputado Carlos Geilson, o que se fez ontem, para resumir, foi reduzir a capacidade econômica de quem está embaixo, ou seja, é fazer com que quem está embaixo pague o preço...

O Sr. PRESIDENTE (Pastor Sargento Isidório):- Para concluir.

O Sr. ZÉ NETO:- Concluindo, Sr. Presidente, acho que isso vai nos trazer maiores problemas, porque vai aumentar a violência, diminuir as oportunidades, criar problemas gravíssimos nas políticas sociais e vai, com certeza, desacelerar a economia, especialmente, na base econômica da pirâmide nas classes C e D. E isso é uma catástrofe para o Brasil.

O Lula não inventou nem reinventou o Brasil, pois ele, apenas, olhou para o Brasil. Esse é o problema. Essa é a diferença.

O Sr. PRESIDENTE (Pastor Sargento Isidório):- Para concluir.

O Sr. ZÉ NETO:- Lula olhou para o Brasil e não precisou reinventá-lo. O Brasil, por si, mostrou que tem tamanho e dimensão para crescer.

Agora, já encerrando, Sr. Presidente, quanto àqueles que fizeram as pautas bombas e derrubaram a presidenta Dilma, os sem votos, esses estão lá felizes. Mas eles não têm noção do que vem pela frente. Ao derrubarem a Dilma, eles sabem que um dos fatores primordiais foi a perda de popularidade da presidenta Dilma. Eles, agora, acham que essa popularidade pouco importa. Estão muito enganados, porque quando a presidenta Dilma perdeu o poder, a população, principalmente a classe média, tinha medo de perder o que conquistou. E, agora, essa mesma classe média vai dar a resposta, porque ela não só vai perder o que conquistou, mas ela vai perder o que, no futuro, poderia conquistar. Isso é um fator na política que destrói qualquer projeto político de quem pensa...

O Sr. PRESIDENTE (Pastor Sargento Isidório):- Para concluir, Sr. Deputado.

O Sr. ZÉ NETO:- (...) que está acima do povo.

Que vença o povo! Que nós tenhamos resistência e capacidade para enfrentarmos as turbulências! O Brasil sairá maior lá na ponta e lá na frente, porque, agora, não está em função desta crise profunda por que passa do ponto de vista político, econômico e, a partir de ontem, do ponto de vista social.

Um grande abraço.

Agradeço ao presidente em exercício pela sua tolerância!

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Pastor Sargento Isidório):- Horário das Representações Partidárias.

Concedo a palavra ao Líder da Maioria...

O Sr. Targino Machado:- Questão de ordem, Sr. Presidente!

O Sr. PRESIDENTE (Pastor Sargento Isidório):- Pela ordem o deputado Targino Machado.

O Sr. Targino Machado:- Entendi que o deputado Zé Neto já usou o próximo horário, que era do governo.

O Sr. PRESIDENTE (Pastor Sargento Isidório):- Horário das Representações Partidárias.

Concedo a palavra ao Líder da Maioria ou ao representante do PDT para falar ou indicar orador pelo tempo de 5 minutos.

Solicito, portanto, a um deputado ocupar a Presidência para me substituir.

O Sr. Zé Neto:- Sr. Presidente, indico V.Ex^a para se manifestar pelo tempo de 5 minutos, ou seja, durante o tempo do PDT nos horários partidários.

O Sr. PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO:- Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, mais uma vez, me pronuncio nesta tribuna para continuar agradecendo ao povo bom e carinhoso de Salvador. São pessoas que foram visitadas por mim durante esses 45 dias difíceis de campanha. Aqui existem 163 bairros. Não pude ir a todos mas, pelo menos, quanto a 132 bairros, tenho convicção de que consegui fazer chegar a nossa campanha cívica.

Como disse, quero agradecer a todos aqueles que me escolheram como seu candidato a prefeito, pois eles entenderam que a pecha de doido nada mais é do que um apelido daqueles que querem permanecer com a máfia, com o cartel do gás de cozinha, do combustível em Salvador, que é o mais caro do Brasil.

Hoje, Salvador, a Bahia e o Brasil sabem que sou doido mesmo, doido por Jesus, doido pelas famílias, doido para acabar com a corja.

O Carandiru está em Brasília roubando o dinheiro da merenda escolar, da educação, das creches. Claro, lá tem as exceções com homens e mulheres de bem. Mas, lamentavelmente, é um Carandiru, pois este País está sendo governado por pessoas sem legitimidade, sem legitimidade no Senado, na Presidência, em tudo quanto é canto, lá, com algumas exceções.

Volto a pedir a Deus que abençoe os vereadores eleitos, os prefeitos eleitos, o próprio prefeito que consideram regular o resultado eleitoral, embora eu tenha minhas dúvidas.

Mas desejo que Deus abençoe e ilumine o prefeito ACM Neto, para que ele possa, na sua segunda gestão, cuidar de verdade das pessoas mais carentes nas áreas mais necessitadas da nossa cidade. Mais do que isso, que ele possa acabar com a indústria da multa, com o chupa-cabra, com a escorcha dos guinchos – o dele custa R\$ 300,00, enquanto os demais guinchos, para socorrer veículos, custam R\$ 159,00, R\$ 162,00 – e com as injustiças sociais cometidas nos estacionamento pagos, tudo para financiamento de campanhas.

Por fim, quero dizer que é bom louvar a Deus, que é bom ser servo Dele. Fiz questão de andar com a minha Bíblia por todos os lugares por onde andei. Tive o desprazer de chegar à *Globo* e perceber a vontade que tiveram de não ver a Bíblia. Pior, o tal do Alexandre Garcia parecia estar possuído por espíritos demoníacos.

Quem não gosta da Bíblia é o demônio, o satanás, porque a Bíblia é a palavra de Deus, é a palavra revelada, é o livro dos livros. É o livro dos católicos, dos evangélicos, dos espíritas, de muitos da matriz africana – os sacerdotes do candomblé leem a Bíblia. Só os demônios ou os seus escravos não permitem a leitura da Bíblia.

Haja vista que aqui na Bahia a Bíblia, o Livro Sagrado, por unanimidade – lamentavelmente, porque eu estava na Mesa Diretora, não está agora em minha mão, mas é meu costume estar com ela na minha mesa –, foi considerada patrimônio imaterial deste Estado. A Bahia é o único Estado onde a Bíblia deve ser respeitada, assim como é no mundo inteiro, por força de lei.

Por último, quero dizer que o político não pode parar de fazer exercício, tem de ser sempre candidato a alguma coisa. E como já ouço rumores sobre a eleição da próxima Mesa Diretora desta Casa, quero lançar a minha candidatura a presidente da Assembleia Legislativa. Só não serei candidato se o presidente Marcelo Nilo, por acordo, resolver disputar. Fora isso, como estou no terceiro mandato e me considero um dos deputados muito importantes aqui, porque todos são muito importantes...

Então deixo à disposição de V.Ex^{as} a minha pré-candidatura ou candidatura à Presidência deste Legislativo.

Desejo que Deus abençoe e continue a guardar esta Casa, a Bahia, o Brasil e os homens e as mulheres de bem de todos os lugares.

Um abraço para todos e todas.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Concedo a palavra ao deputado Gika pelo restante do tempo.

O Sr. GIKA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, aqueles que nos assistem pela *TV Assembleia* e todos que participam desta sessão na Assembleia Legislativa, acredito que hoje foi um dia importante na cidade dos deputados Carlos Geilson e Zé Neto.

Tivemos lá uma manifestação em defesa da nossa vaquejada, do nosso esporte que dá sobrevivência a 730 mil pessoas em todas as áreas: vaqueiros, locutores, juizes, faixeiros, barraqueiros, músicos. Enfim, é uma cadeia muito grande. Se a vaquejada do nosso Nordeste, do nosso sertão acabar, será ruim para todos nós.

Onde colocaremos essas pessoas que não têm estudo? Vocês sabem que o vaqueiro, o tratador de cavalo e outras pessoas que trabalham nas vaquejadas não têm saber, não são formados, não são nada. Então eles perderão, sim. Onde colocaremos essa turma para trabalhar?

O STF julgou a vaquejada do Ceará. Eles não conhecem o nosso sertão para fazer o que fizeram. No Ceará já acabou. Isso está indo para o País todo, virá para a Bahia. Aqui nesta Casa votamos a nossa lei, que foi feita para que a vaquejada seja esporte, cultura e lazer no nosso Estado. Nós, os 63 deputados – há alguns que são contra, é natural, pois cada um tem suas ideias –, não podemos deixar isso acabar.

Hoje, em Feira de Santana, foi muito importante. Tivemos 200 e tantos caminhões, mais uns cento e poucos carros, mais de 1.500 pessoas fazendo essa manifestação, que saiu do Parque Coliseu do Sertão, pela BR-116, vindo até a BR-324, para o Parque de Exposição. Chegando lá, foi muito importante para mostrar ao povo a cultura do Sertão. Não podemos deixar a vaquejada acabar.

Fico triste quando vejo as pessoas dizerem que a vaquejada maltrata os animais. A lei que votamos aqui, que depois foi sancionada pelo governador Rui Costa, foi para quê? Para que esses animais não sofram maus-tratos. Ao contrário, buscamos que haja bem-estar para eles: rabo artificial, esporas não cortantes, não se usa mais taca. Enfim, os animais, quando terminam de fazer a carreira, chegando ao final da pista, eles voltam para o curral, onde existe alimentação, ração e água. Trabalhamos com veterinários, com pessoas que entendem do bem-estar animal.

Não é mais aquela vaquejada de antigamente. Hoje, temos a vaquejada moderna, que faz com que os animais tenham bem-estar. Tudo bem que as pessoas, às vezes, achem que haja maus-tratos, pois os bois são derrubados e podem se machucar. Mas hoje temos uma cama de areia, com dois palmos de altura, para que esses animais não sejam maltratados nem se machuquem. Vejam que existem de 230 a 240 vaquejadas por ano na Bahia. No Brasil, no geral, são umas 4 mil e alguma coisa. Não tenho o número correto, mas sei que são mais de 4 mil em todo o Brasil. Na Bahia, 230, 235, 240, isso varia...

O Sr. Bira Corôa:- Um aparte, deputado.

O Sr. GIKÁ:- Dou um aparte ao deputado Bira.

O Sr. Bira Corôa:- Nobre deputado, quero parabenizá-lo pelo seu pronunciamento no que tange ao resgate da nossa cultura brasileira, nordestina e baiana. Devo dizer que aqueles que se posicionam contrários à cultura da vaquejada e, conseqüentemente, à cultura da cavalgada negam a existência do sertanejo, do nordestino. Desconhecem a movimentação socioeconômica, além da identitária, que essas atividades trazem para um município e as suas tradições.

V.Ex^a, como conhecedor da matéria, faz um pronunciamento com riqueza de detalhes, e isso é extremamente importante. É necessário que a sociedade tome conhecimento e não seja pautada pelos tópicos deixados por interesses econômicos e, especialmente, pelo falso pudor que está por trás daqueles que se posicionam contrários.

Alguns defendem os animais, mas no trato com o ser humano não têm esse mesmo perfil de defesa. Alguns ainda praticam o trabalho escravo do homem e da mulher, alguns cultuam e ainda praticam a exclusão e a discriminação entre os seres humanos, porém se acham no direito de se posicionar em defesa dos animais, desconhecendo todo um processo e o rito de respeito que o vaqueiro tem com os animais.

O Sr. GIKA:- É isso, deputado Bira. Obrigado pela sua fala.

Não queremos maus-tratos com os animais. Ao contrário, é uma tradição que temos no nosso Nordeste, no fim de semana, tanto em Serrinha como na região do Nordeste; falo principalmente Serrinha porque estou em Serrinha...

O Sr. Zé Neto:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. GIKA:- Pode falar.

O Sr. Zé Neto:- Gika, quero ser solidário a esta luta. Já vi diversos deputados colocarem aqui os seus posicionamentos, inclusive hoje não deu para ir a Feira de Santana, pois eu estava aqui com outros compromissos, pela manhã, mas quero dizer a V.Ex^a que é uma cultura. Imagine se, na Espanha, as touradas deixassem de existir?

Eu acho que tem que ter paciência. Inclusive, como conheço de perto a vaquejada, os animais caem no fofo. Não me lembro de ter visto um animal inutilizado em função das vaquejadas. Tem essas situações que precisam ser tratadas.

Acho que tem até como se buscar outros caminhos para tentar conciliar interesses, mas quero aqui falar do meu pleno apoio a V.Ex^a e àqueles que, nesse momento, defendem a cultura, defendem as raízes, defendem as nossas origens e essa importante referência econômica, cultural e existencial do povo nordestino, do povo sertanejo e do povo baiano.

O Sr. Adolfo Viana:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. GIKA:- Obrigado, deputado Zé Neto.

Com o aparte o deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Deputado Gika, eu gostaria de parabenizar V.Ex^a pela coragem e pelo belíssimo pronunciamento.

Nós, na legislatura passada, aprovamos, à unanimidade, o projeto de lei que transformou a vaquejada em patrimônio cultural e imaterial do Estado da Bahia. Acho que quando V.Ex^a se predispõe a fazer a defesa da vaquejada, está defendendo justamente a cultura do nosso povo, que precisa ser preservada. Sem falar aqui dos milhares de empregos diretos e indiretos que são gerados através da vaquejada.

Nós sabemos, deputado Gika, que o nosso país atravessa uma crise de desemprego absurda. São mais de 12 milhões de desempregados. Uma vez que a

vaquejada venha ser realmente finalizada, será mais um milhão de desempregados apenas no Nordeste, que estaria sem conseguir sustentar suas famílias. Sem falar também que nós, que conhecemos os vaqueiros e a vaqueirama, podemos afirmar que, se tem alguém que sabe cuidar de animal, se tem alguém que ama os animais, são os vaqueiros.

Portanto, eu parabenizo V.Ex^a, bem como parabenizo todos os parlamentares que, nesse momento, estão se colocando a favor da nossa cultura, a favor da vaquejada. Parabéns a V.Ex^a.

O Sr. Jânio Natal:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. GIKA:- Obrigado, Adolfo Viana.

Com o aparte o deputado Jânio Natal.

O Sr. Jânio Natal:- Deputado Gika, apesar de eu não ser de uma região típica de vaquejada, não podia aqui deixar de me solidarizar com V.Ex^a em relação à vaquejada. Quero dar todo apoio à sua fala e dizer que acho pura hipocrisia essa questão da proibição da vaquejada em nosso país.

A nossa Bahia, que tem a tradição da vaquejada em todos os lugares, principalmente no sertão, vai sofrer bastante. Mas esperamos que encontremos uma solução para que retorne esse esporte brasileiro e baiano.

Parabéns a V.Ex^a.

O Sr. GIKA:- Obrigado, deputado Jânio Natal.

Temos aqui o amigo Tom, de Conceição do Coité, que sabe que lá também tem vaquejada, assim como em Serrinha e nas cidades vizinhas. E nos fins de semana desse povo, a tradição é essa, o lazer do povo das zonas rural e urbana é ir para a vaquejada.

Agora, as pessoas de Salvador que, às vezes, ficam defendendo os animais por questões de maus-tratos, elas têm razão, e é o que estamos fazendo, não estamos maltratando os animais. O que não queremos é que deixe de existir um evento, uma festa, uma tradição de vários anos. Tanto para os animais, como para as cidades e para as pessoas que sobrevivem da vaquejada, é uma sobrevivência.

Eu conheço cinco que trabalham comigo na questão da vaquejada. Eu tenho um parque de vaquejada, faço todo ano, como a da Maria do Carmo, que é a tradicional de 50 e tantos anos. A minha só tem 11 anos, mas eu já venho lutando nessa questão da vaquejada, cavalgada, tudo que envolve os animais. E, nós que lutamos com os animais, não maltratamos. Nós mesmos vamos punir e puxar a orelha de quem maltrata, para que eles não façam isso, porque a gente sabe que não há necessidade de maltratar os bichinhos. Existiam, sim, nas vaquejadas passadas, os maus-tratos aos animais, porque o povo muitas vezes não tinha o conhecimento, mas, hoje, já se tem o conhecimento a respeito disso.

Estamos trabalhando para que não haja isso, para que os animais tenham, sim, o seu bem-estar e as vaquejadas não parem. Se elas acabarem, o que faremos com esse povo? Eu vou tirar, logo de cara, cinco pessoas que trabalham comigo porque eu não tenho onde botar. Eles trabalham para a vaquejada todos os anos, e o que sobra serve

justamente para sustentar aquela turma, para mantê-los o ano inteiro e para realizar, no ano seguinte, outra vaquejada. Não é que a gente tenha lucro com a vaquejada, é a questão de ser o esporte da turma do nosso sertão.

Estou aqui repudiando essa questão do fim das vaquejadas. Agradeço muito a todos os deputados que na votação fizeram essa lei valer, e ela está valendo. Mas agora o STF julgou o caso do Ceará, e pode pegar para a gente.

No dia 24 de outubro, vamos para Brasília. Quero até a ajuda de vocês junto aos deputados federais com os quais tenham o conhecimento e a parceria. Eu já tenho quatro deputados para nos ajudar lá nessa questão, mas, se vocês, meus colegas, tiverem mais alguns deputados federais que possam fazer com que a gente tenha mais essa força, quero anotar os nomes. Quem puder ir para Brasília com a gente, será bem-vindo. Estou indo com o deputado Eduardo Salles e outros deputados.

Então é isso aí! Como estou falando, ninguém faz a vaquejada para ganhar dinheiro, é que as pessoas sobrevivem dela. A gente sabe que a vaquejada é um esporte de muitos anos do nosso sertão, da nossa região, e ela não pode acabar. É isso aí, turma.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria ou ao Líder do Bloco Parlamentar PSDB, PRB, PSC e PV para falar ou indicar o orador pelo tempo de até 12 minutos.

O Sr. Hildécio Meireles:- Vai falar por esse bloco o deputado Targino Machado pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Pelo tempo de 12 minutos, falará o nobre deputado Targino Machado. (Pausa)

O Sr. TARGINO MACHADO:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, Srs. da Imprensa, Srs. das Galerias, Srs. Funcionários, volto a esta Casa, na qualidade de deputado do PPS, sobretudo porque deputado estou. Mas volto também como médico para dizer aos senhores que, quando o doente está moribundo, é preciso usar drogas à altura do seu estado de doença. Quanto maior a doença, quanto mais virulenta a bactéria, mais eficiente precisa ser o medicamento, o antibiótico, os quimioterápicos, enfim, inclusive a abordagem cirúrgica, pois só ela, às vezes, resolve o problema do paciente.

E essa intervenção cirúrgica, essa intervenção medicamentosa, esse tratamento drástico que o doente, enfermo na UTI, chamado Brasil... debilitado na sua economia, debilitado na sua autoestima, com um povo na fila de 13 milhões de desempregados, precisa de um governo. E olhe que eu não defendo este governo que está aí, até porque já critiquei esse governo e o critico sempre, não dizendo que é um governo golpista, porque não houve golpe. Não houve golpe! Porque, na verdade, o impeachment é uma ferramenta constitucional, e tudo foi feito em obediência à Constituição Federal. Aquele processo. Mas era necessário que este governo, que não

veja, também, com bons olhos, afinal de contas estiveram hospedados na mesma casa, durante tanto tempo. Lula que nada viu, que nada assistiu, que de nada sabia, morava no quarto ao lado desse povo. E será que só Lula não viu? Eles também não viram, nada assistiram. Enquanto estava bom para eles não houve chiada, não houve jus sperneandi, quando vislumbraram a perspectiva de chegar ao poder, aí sim, se entrincheiraram na vanguarda desse movimento, que chegou ao impeachment da presidente Dilma, que já devia ter ido há mais tempo, ou aliás, era um poste que não deveria ter sido enfiado no território brasileiro.

Mas eu quero dizer que quero louvar esse remédio, essa PEC 241, remédio necessário pelo estado em que se encontra a nossa economia. Ou se dá um freio de arrumação ou se bota o remédio próprio, adequado nesta ferida, ou o Brasil vai gangrenar. Se a gangrena já não estiver corroendo os nossos tecidos, notadamente o tecido social. Será que 13 milhões de desempregados já não é uma gangrena alojada neste organismo chamado Brasil?

O discurso do deputado Zé Neto, meu amigo, é um verdadeiro malabarismo verbal. Aprecio até a forma fluente como ele utiliza as palavras no seu jogo, mas eu quero dizer ao deputado Zé Neto que esse Brasil que Lula inventou nos últimos 13 anos e meio, em que o PT esteve à frente, é o Brasil em que... Não adianta ele vir hoje, aqui, defender investimentos maiores para a saúde e para a educação, porque – deputado Hildécio – nos últimos 13 anos não houve aumento da tabela do Sistema Único de Saúde. O investimento que o PT disse que fez em saúde foi para quê? Se não houve incremento de R\$ 1, de um por cento sequer na tabela do Sistema Único de Saúde. No Brasil, as mulheres não podem fazer uma cirurgia de redução de mamas, mesmo sofrendo as mazelas pelas dores na coluna ou pela dor que corrói mais a mulher, que é a dor da autoestima, de se olhar, se mirar no espelho e não estar satisfeita, porque essa dor não dói só no corpo, dói na alma, dilacera as entranhas da natureza feminina.

Mas, infelizmente, deputado Carlos Geilson que preside esta sessão, o Sistema Único de Saúde tem lá a rubrica que contempla o pagamento da cirurgia, mas paga apenas R\$ 400 em média, para esses R\$ 400 serem necessários e suficientes para cobrir o procedimento cirúrgico com todos os seus custos: de médico; de auxiliar médico; de anestesista; de medicamento; de hospedagem e de centro cirúrgico. Na verdade, todos nós sabemos que uma cirurgia de redução de mama no local mais barato em que se encontra – qualquer mulher sabe – oscila nos locais mais baratos, nos hospitais de não tão boa hotelaria, entre R\$ 7.000 e R\$ 8.000, e o SUS paga cerca de R\$ 400. Então, onde foi feito investimento em saúde nesses 13 anos pelo PT, deputado Bira Coroa?

Então, a realidade é bem outra do discurso que proferiu, aqui, o meu amigo, deputado Zé Neto, com todo o respeito, mas entendo que o papel dele é defender o indefensável e o meu papel é defender as minhas ideias e não estou dizendo que ele não defenda as ideias dele. Ele está contaminado pela teoria de que o PT descobriu o Brasil há 500 e tantos anos atrás.

Na verdade venho aqui, hoje, também, Sr. Presidente, Marcelo Nilo, que ora assume a Presidência, para louvar o discurso do senador Otto Alencar proferido no Senado da República no último dia 04/10, onde dentre tantas coisas, ele diz o seguinte, permita-me que leia: “São quatro itens que eu acho que devem ser realizados logo: primeiro a cláusula de barreira; depois, acabar com a coligação proporcional; eleições gerais com mandato de 5 anos...”

E continua: “(...) *Ou se faz isso ou vai acontecer (...) o que eu nunca vi em toda a minha vida em eleição e eu vi na Bahia este ano: o caixa dois deste no em meu Estado (...) em alguns Municípios, foi financiado pelo tráfico de drogas. O tráfico de drogas entrou, investindo na política de algumas prefeituras, não todas, achando que é um bom negócio*”, disse o senador Otto Alencar.

E continuou: “*Começou este ano, eu vi, com os meus olhos...*” que a terra há de comer, “(...) *com clareza, a interferência direta do financiamento de algumas campanhas políticas, inclusive, em um Município da Região Metropolitana de Salvador, Simões Filho, o chefe do tráfico de drogas ao lado do Prefeito vencedor, financiando a campanha através do caixa dois, através da agiotagem e através da contravenção. Esse foi o resultado de se acabar abruptamente com o financiamento privado, quando deveria haver regras para essa finalidade*”.

Pois bem, diz o senador Otto: “*Pela primeira vez posso dizer, e eu citei o município aqui da região metropolitana de Salvador de quase 200 mil habitantes, que o prefeito foi financiado pelo tráfico de drogas, tirando fotos com o chefe do tráfico de drogas ao seu lado sem nenhuma cerimônia, sem nenhum escrúpulo*”.

E continua o Senador Otto Alencar: “*Eles, a organização criminosa, eles os narcotraficantes...*”, diz o Senador Otto Alencar: “*Eles acham que é um bom negócio aplicar para eleger e depois retirar dos cofres públicos. Oh! Coitada da saúde, da educação, da segurança pública, porque aí é um crime entronizado dentro do poder diretamente*”.

“*Essa é uma grande realidade que eu não conhecia em 30 anos que faço política*”, disse Otto Alencar. “*E disputei eleições com o PSD em 162 municípios, fizemos 83 prefeitos e fui de alguma forma verificar e sou testemunha disso, dessa situação de que o caixa 2 agora está vindo pela contravenção, pela agiotagem e infelizmente em nosso país pelo tráfico de drogas. É uma coisa que me deixou muito triste*”, disse Otto.

Agora eu quero lançar um desafio ao Senador Otto Alencar, esse discurso dele só vale para o município onde o irmão dele participa do processo e ele diretamente, que é Simões Filho, e ele lançou lá o seu repúdio e como é que ele tirou foto no palanque junto com outras autoridades baianas e o traficante de drogas em São Gonçalo para ganhar a eleição. O que vale para Simões Filho não vale para as outras cidades da Bahia!

Ora! Será, Sr. Presidente, Marcelo Nilo, que o dinheiro da droga só não serve quando vem de encontro aos nossos interesses?

Para mim, não. Eu prefiro tombar para as drogas do que a elas me associar, seja qual for a circunstância.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Ordem do Dia.

Por acordo, vamos votar o projeto...

O Sr. Targino Machado:- Sr. Presidente, houve acordo?

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Houve acordo entre a Liderança do Governo e a Liderança da Oposição.

O Sr. Targino Machado:- Onde está o deputado Sandro Régis, ou quem o substitui neste momento?

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Hildécio, V.Ex^a é Vice Líder?

O Sr. Hildécio Meireles:- Não.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Quem aqui é Vice-Líder da Bancada da Oposição? Hildécio é Vice Líder?

Chamem o deputado Sandro Régis, por favor.

O Sr. Hildécio Meireles:- Sr. Presidente, há um tempo do PMDB, já que não houve acordo, que está programado para o deputado Fábio Souto.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- O deputado Fábio vai falar?

Com a palavra, pelo tempo de 6 minutos, o deputado Fábio Souto.

O Sr. Targino Machado:- Já chegou o deputado Sandro Régis, nosso Líder, e se dependesse de mim, *ad aeternum*. Mas eu quero pedir a V.Ex^a que inste o Líder Sandro Régis a se pronunciar se houve acordo ou não.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Não houve acordo para votar o projeto do Baneb? O deputado Sildevan me disse que havia feito...

O Sr. Targino Machado:- Quando há acordo para votar, Sr. Presidente, não quer dizer – imagino eu, a não ser que seja outro o entendimento do Líder Sandro Régis – que se desobrigue a Bancada do Governo de colocar o quórum de votação.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, V.Ex^a tem toda a razão, mas a informação que nós tivemos foi...

O Sr. Sandro Régis:- Sr. Presidente, o assunto não foi tratado comigo. Eu estava fora.

Conversei aqui com o deputado Hildécio Meireles, que conhece o projeto, e Zé Neto propôs que seja ele o relator. Mas em nenhum momento Hildécio abriu mão, ou se conversou sobre, do quórum do Governo.

Uma coisa é uma coisa, outra coisa é outra coisa. O que Hildécio falou foi que ele seria o relator, que o projeto é bom e ele iria conversar com a Bancada da Oposição para que votasse favoravelmente ao projeto. Mas não quer dizer que Hildécio abriu mão do quórum.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Quero dizer que V.Ex^a tem toda a razão, e quero fazer-lhe um apelo, como Presidente. Há alguns dias que não votamos nada. Muitos deputados estavam presentes aqui e saíram porque imaginaram que fosse um acordo.

É um projeto bom, vai ser relatado pelo deputado Hildécio, mas, realmente, não teremos quórum. Eu quero fazer um apelo a V.Ex^a para que voltemos à normalidade votando esse projeto.

O Sr. Sandro Régis:- Por favor, eu preciso de 5 minutos para consultar a minha Bancada.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Claro.

Enquanto isso, com a palavra o deputado Fábio Souto, pelo tempo de até 6 minutos.

O Sr. Sandro Régis:- Use os 6 minutos de Fábio e mais 5.

O Sr. FÁBIO SOUTO:- Sr. Presidente, Marcelo Nilo, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, retorno a esta tribuna para falar, eu diria, sobre um dos assuntos que, acho, mais abordei aqui, nesta Casa durante esses 2 anos: o Centro de Convenções da nossa capital, Salvador.

O governo, 1 ano atrás, anunciou que construiria um novo Centro de Convenções no Comércio, na Cidade Baixa, onde hoje é a Marinha. Desistiu dessa construção ou teve dificuldades, não sei o que aconteceu, e anunciou uma reforma no Centro de Convenções na qual aplicou R\$ 15 milhões.

Eu diria que as últimas reformas do governo do Estado, entre os governos de Rui Costa e Wagner, não resolveram o problema. Eu diria que o dinheiro foi jogado fora, que não solucionaram o problema do Centro de Convenções esses recursos, que ultrapassaram os R\$ 30 milhões.

E 15 ou 20 dias atrás, o secretário anunciou que o governo demoliria o Centro de Convenções e construiria um novo. Esperamos esses 20 dias e até hoje o governo não anunciou se vai construir outro Centro de Convenções no mesmo lugar, em outro lugar, e em que dia vai começar a demolição. A Bahia continua órfã do Centro de Convenções e a falta dele tem prejudicado muito ao turismo do nosso Estado.

Sempre coloco que eventos que iriam para o Centro de Convenções, como um congresso com mais de 6 mil pessoas que aconteceria em novembro... A captação de congressos, simpósios, seminários, de grandes acontecimentos turísticos que acontecem, para que vão para um estado, faz-se 3, 4, 5 anos antes. Há negociação, garante-se espaço nos centros de convenções, e aí, sim, bate-se o martelo para os grandes eventos irem para determinados estados.

Imaginem que qualquer grande evento que viria para Salvador, hoje, efetivamente, não dispõe do espaço para vir.

Fora isso, estamos comprometendo os grandes eventos em nosso Estado marcados para daqui a 5, 6, 7 anos pela falta de previsão, em relação à nossa capital, de quando se terá o novo Centro de Convenções.

Então, essa realidade é bastante grave; é uma realidade que vem destruindo o turismo da nossa capital. A nossa capital tem perdido grandes eventos em vários setores, na área médica, na área do Direito, na área das comunicações. Enfim, a Bahia vem perdendo muito, e isso vem refletindo de forma muito forte em nossa capital.

Então, mais uma vez venho a esta tribuna, Sr. Presidente, Marcelo Nilo, cobrar do Sr. Governador Rui Costa e do Sr. Secretário que, efetivamente, demonstrem ao nosso Estado e a Salvador quando esta capital terá um Centro de Convenções capaz de abrigar grandes eventos, que são importantíssimos para o turismo do nosso Estado.

É a realidade, é uma situação que tem que ser resolvida, é uma situação em que o Estado não pode brincar. O *trade*, o setor turístico, tem perdido muitas oportunidades. A cada dia, o número de desempregados cresce no turismo de Salvador, na rede hoteleira, enfim, em todos os setores que precisam efetivamente de um centro de convenções que atenda aos anseios do turismo na nossa capital.

Chamo a atenção de todos os deputados, do Governo e da Oposição: esta Casa tem que se mobilizar, tem que demonstrar ao governo do Estado que requer uma resposta urgente para essa questão do centro de convenções. Governador Rui Costa, olhe com atenção, olhe com o devido respeito ao turismo do nosso Estado. Efetivamente, precisamos de uma resposta rápida do governo do Estado em relação a essa triste situação do nosso centro de convenções.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Sandro Régis, posso colocar o projeto na Ordem do Dia?

O Sr. Sandro Régis:- Mais uma vez, a Bancada da Oposição, demonstrando respeito à Bahia, respeito a esta Casa – inclusive, V.Ex^a pode ver que o número de deputados neste Plenário é majoritariamente da Oposição, e nós entendemos que o projeto é bom –, irá abrir mão do quórum de votação para que o projeto atenda à sociedade baiana. Mas é bom registrar que, mais uma vez, a Casa deve gesto à Bancada da Oposição.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^a sempre generoso, deputado, cada vez mais generoso, comprometido, acessível, democrata, coerente, inteligente... Agradeço muito a V.Ex^a e ao deputado Sidelvan, que também participou das negociações.

ORDEM DO DIA

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo): Ordem do Dia.

Em discussão única e votação o Projeto de Lei nº 21.984/2016, de procedência do Poder Executivo, que *“Dispõe sobre a repactuação de dívidas oriundas de operações de crédito contratadas junto ao extinto Banco do Estado da Bahia S.A.”*

Baneb e cedidas ao Fundo de Desenvolvimento Social e Econômico - Fundase ou à Agência de Fomento do Estado da Bahia S.A- Desenhahia e autoriza a remissão destas operações, na forma que indica."

Designo para relatar a matéria, no âmbito das comissões, o deputado Hildécio Meireles.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Designo para relatar o Projeto de Lei nº 21.984/2016 o deputado Hildécio Meireles.

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Projeto de Lei nº 21.984/2016.

(Lê) "Parecer Das Comissões de Constituição e Justiça, Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo, Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público, Defesa do Consumidor e Relações de Trabalho e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, ao Projeto de Lei nº 21.984/2016, de autoria do Poder Executivo, o qual 'Dispõe sobre a repactuação de dívidas oriundas de operações de crédito contratadas junto ao extinto Banco do Estado da Bahia S.A. - BANEb e cedidas ao Fundo de Desenvolvimento Social e Econômico - FUNDESE ou à Agência de Fomento do Estado da Bahia S.A. - DESENBAHIA e autoriza a remissão destas operações, na forma que indica.'

A proposição que ora venho relatar, de autoria do Poder Executivo, busca obter desta Casa a necessária autorização para proceder à 'repactuação de dívidas oriundas de operações de crédito contratadas junto ao extinto Banco do Estado da Bahia S.A. - BANEb e cedidas ao Fundo de Desenvolvimento Social e Econômico - FUNDESE ou à Agência de Fomento do Estado da Bahia S.A. - DESENBAHIA', bem como conceder 'remissão das dívidas dos mutuários cujos contratos foram celebrados junto ao extinto BANEb e cedidos ao FUNDESE ou à DESENBAHIA, condicionada à existência de saldo devedor inferior a R\$10.000,00 (dez mil reais), em atenção ao princípio da economicidade, considerando a inviabilidade econômica da cobrança da dívida devido aos custos elevados para sua efetivação', conforme registra o Sr. Governador em sua Mensagem encaminhando o Projeto à Assembleia.

A proposta vem beneficiar as pessoas físicas ou jurídicas que contrataram operações de crédito junto ao BANEb e cedidas ao FUNDESE ou à DESENBAHIA, bem como àqueles que são coobrigados em tais operações na condição de fiador, avalista ou hipotecante.

Registre-se ainda que a negociação poderá ser realizada à vista ou em parcelas, sendo que, no primeiro caso, serão excluídos os encargos moratórios e o valor da dívida corrigido pela variação da TR - Taxa de Referência - do Banco Central do Brasil, enquanto na hipótese de pagamento em 12 parcelas mensais ocorrerá a redução de 70% dos encargos moratórios e a correção com taxa de juros fixas de 12% ao ano, e no pagamento em 24 parcelas mensais a redução dos encargos moratórios será da ordem de 50%, corrigidas as parcelas também com juros fixos de 12% ao ano.

Trata-se, assim, de medida que virá possibilitar o adimplemento daquelas operações contratadas junto ao BANEb, 'possibilitando a estes mutuários o acesso a

novas linhas de financiamento e, conseqüentemente, o fortalecimento do processo produtivo', citando mais uma vez a Mensagem Governamental.

A proposição não recebeu nenhuma emenda, e, considerando que se encontra em conformidade às disposições constitucionais e legais, opino pela sua aprovação na forma originalmente apresentada pelo Poder Executivo.

É o parecer, s.m.j.

Sala das Sessões, 11 de outubro de 2016

Deputado Hildécio Meireles. Relator.”

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação o parecer do nobre deputado Hildécio Meireles no âmbito das comissões. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam com se encontram. (Pausa) Aprovado.

Em votação, no Plenário, o Projeto de Lei nº 21.984/2016, que “*Dispõe sobre a repactuação de dívidas oriundas de operações de crédito contratadas junto ao extinto Banco do Estado da Bahia S.A. ...*” Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 21.984/2016

Dispõe sobre a repactuação de dívidas oriundas de operações de crédito contratadas junto ao extinto Banco do Estado da Bahia S.A. - BANEBA e cedidas ao Fundo de Desenvolvimento Social e Econômico - FUNDESE ou à Agência de Fomento do Estado da Bahia S.A. - DESENBAHIA e autoriza a remissão destas operações, na forma que indica.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizada a liquidação, à vista ou em parcelas, nas condições previstas nesta Lei, de dívidas oriundas de operações de crédito contratadas junto ao extinto Banco do Estado da Bahia S.A. - BANEBA e cedidas ao Fundo de Desenvolvimento Social e Econômico - FUNDESE ou à Agência de Fomento do Estado da Bahia S.A. - DESENBAHIA.

Art. 2º - O FUNDESE e a DESENBAHIA ficam autorizados a remir as dívidas dos mutuários cujos contratos foram celebrados junto ao extinto BANEBA e a eles cedidas, desde que o saldo devedor, por mutuário, registrado no Sistema de Controle de Ativos da DESENBAHIA, na data da publicação desta Lei, seja inferior a R\$10.000,00 (dez mil reais).

Art. 3º - Poderão gozar dos benefícios previstos nesta Lei:

I - pessoas físicas ou jurídicas que contrataram operações de crédito junto ao extinto BANEBA e cedidas ao FUNDESE ou à DESENBAHIA;

II - pessoas físicas ou jurídicas que são coobrigadas em operações de crédito contratadas junto ao extinto BANEBA e cedidas ao FUNDESE ou à DESENBAHIA, na condição de fiador, avalista ou hipotecante.

Art. 4º - A liquidação da dívida poderá ser realizada à vista ou em parcelas, obedecidas as seguintes condições:

I - pagamento à vista: exclusão de 100% (cem por cento) dos encargos moratórios e o valor da dívida corrigido pela variação da Taxa de Referência - TR, do Banco Central do Brasil;

II - pagamento em até 12 (doze) parcelas mensais: redução de 70% (setenta por cento) dos encargos moratórios e parcelas corrigidas com taxa de juros fixos de 12% (doze por cento) ao ano;

III - pagamento em até 24 (vinte e quatro) parcelas mensais: redução de 50% (cinquenta por cento) dos encargos moratórios e parcelas corrigidas com taxa de juros fixos de 12% (doze por cento) ao ano.

Parágrafo único - Em caso de pagamento parcelado, todas as garantias originalmente contratadas ou penhoradas em ação judicial permanecerão vigentes até a liquidação integral da dívida.

Art. 5º - Nos casos de liquidação parcelada, as reduções dos valores das dívidas admitidas nesta Lei serão concedidas sobre a forma de bônus de adimplência, a ser aplicado sobre as parcelas liquidadas no respectivo vencimento.

Parágrafo único - Em caso de inadimplência, o bônus sobre as parcelas vencidas será imediatamente revogado, voltando a incidir todos os encargos originalmente pactuados, sendo permitida a manutenção do benefício para as parcelas vincendas, desde que seja estabelecida uma condição de pagamento do saldo vencido que satisfaça as normas e condições habitualmente praticadas pela DESENBAHIA.

Art. 6º - Fica estabelecido o prazo de 06 (seis) meses, a contar da data de publicação desta Lei, para adesão dos interessados, aos benefícios aqui previstos.

Parágrafo único - No caso de mutuários que estejam inadimplentes em outras operações de crédito junto à DESENBAHIA não beneficiadas por esta Lei, somente

poderão aderir a estes benefícios se efetuarem a renegociação de todos os contratos, qualquer que seja a fonte do recurso utilizado.

Art. 7º - A DESENBAHIA, ao final do prazo de adesão fixado no art. 6º desta Lei, deverá manter ou providenciar a imediata cobrança judicial dos contratos em estado de inadimplência e não repactuados com base nesta Lei, de acordo com as políticas aplicadas por aquela instituição.

Parágrafo único - Os contratos que já são objeto de cobrança judicial deverão ter o acordo de renegociação homologado nos autos do processo judicial, ficando as despesas de custas judiciais e honorários advocatícios por conta do mutuário.

Art. 8º - Fica a DESENBAHIA, na qualidade de gestora do FUNDESE, conforme estabelece o art. 9º da Lei nº 7.599, de 07 de fevereiro de 2000, autorizada a adotar as providências que se fizerem necessárias à aplicação da repactuação ou remissão de que trata esta Lei, observadas as políticas e normas da instituição.

Art. 9º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Senhores Deputados, e principalmente os militares que estão nas Galerias Paulo Jackson, foi assinada aqui a dispensa de formalidades, pelos deputados Sandro Régis e Zé Neto, para o Projeto de Lei nº 22.001/2016, de autoria do Poder Executivo, como também para o projeto de Lei nº 22.002/2016, também de autoria de Poder Executivo, que altera a Lei nº 13.202.

Esses projetos serão votados na próxima quarta-feira, de amanhã a oito.

Agradeço a presença de todos e declaro encerrada a sessão.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-parlamentar/sessoes-plenarias.php>. Acesse e leia-as na íntegra.